

Apêndice D – Produto Técnico Tecnológico

1. NOME DO PRODUTO TÉCNICO TECNOLÓGICO

Proposta de ações para a construção de uma matriz de riscos no IPHAN-AL.

2. INSTITUIÇÃO

IPHAN.

3. RESUMO

A dissertação, que trouxe como objeto o estudo da Superintendência do IPHAN em Alagoas como *case* específico. Identificando a origem da problemática envolvida, e provando, através da pesquisa, que um planejamento, aliado a uma gestão de riscos, direcionado por uma boa governança, pode trazer benefícios para a instituição e a sociedade. E, em se tratando da gestão de riscos e governança em licitações e contratos, pode ser utilizada na instituição como um todo, e até em outras instituições, tendo em vista que é um método pronto, que apenas precisa ser adaptado a cada realidade, dependendo do objetivo desejado. Com a aplicação do FMEA, pode a instituição dar robustez à identificação e mitigação dos riscos.

4. DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Com base na análise documental e nas entrevistas dos participantes, foi possível relacionar a seguinte problemática quanto à gestão de riscos e governança:

I – Comunicação deficiente ou inadequada entre setores, servidores, equipe de planejamento, fiscais e gestores;

II – Falta de direcionamento das capacitações, com vistas a capacitar todas as áreas da instituição a atuarem de forma mais consistente nos procedimentos de contratações e contratos. Ao se avaliar as capacitações da área finalística de 2021 a 2023, por exemplo, é possível perceber que o foco acaba sendo estritamente técnico, mas a área finalística também atua nas situações levantadas nesse estudo;

III – Artefatos copiados de outros processos, sem a avaliação adequada de cada objeto, que podem levar a problemas posteriores na contratação e gestão contratual;

IV – Planejamento inadequado, sem o dimensionamento adequado da força de trabalho e dos recursos disponíveis, no tempo;

V – Má utilização das ferramentas legais disponíveis e estruturais;

VI – Matrizes de riscos rasas, sem o aprofundamento adequado;

VII – Ausência de normativas específicas, que instituíam uma governança adequada para a gestão de riscos.

5. OBJETIVOS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O objetivo é o saneamento das situações apontadas no Item 4, utilizando-se da matriz de riscos como ferramenta norteadora desse processo, sendo assim:

I – Estímulo à comunicação, seja entre as diretorias ou entre os servidores, para tratar de assuntos referentes aos processos de contratação ou aos contratos. O *brainstorming* do FMEA poderá servir como um momento para essa comunicação também;

II – Foco em capacitações que reciclem os servidores de todas as áreas ligadas às contratações e fiscalização dos objetos contratados;

III – Construção dos artefatos partindo do início, usando modelos disponibilizados no próprio sistema de compras do governo, porém sem deixar de observar o histórico anterior;

IV – Planejar melhor o tempo, sempre distribuindo de forma isonômica o trabalho entre os servidores, mantendo a comunicação e acompanhamento e revisão do planejamento inicial;

V - Ampliação e aprofundamento nas modalidades licitatórias e planilhas, aquisição de softwares específicos da área finalística. A fim de trazer um melhor aproveitamento para a instituição;

VI – Utilização da metodologia FMEA, para que haja uma melhor previsão do que pode ocorrer e, como proceder no caso das ocorrências;

VII – Posicionamento da Sede, no que for pertinente quanto à normativas específicas de gestão de riscos a fim de se fazer cumprir o disposto no Art. 1º da IN Conjunta 1/2016/MP/CGU.

6. DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O diagnóstico ocorreu através de um *brainstorming* realizado com as áreas meio e fim. Na ocasião, servidores e gestores expressaram suas ansias e desejos quanto às ações de contratação de fornecedores construídas pelo IPHAN-AL. Então, a problemática foi exposta e a partir daí houve a investigação documental nos processos, com subsequente análise, utilizando-se da estatística descritiva para encontrar indícios relevantes.

A partir do cruzamento dessas informações coletadas com as entrevistas dos agentes públicos envolvidos, e com análise baseada na ECT, foi possível chegar a conclusões razoáveis, que podem trazer um direcionamento para melhorias dentro da instituição.

7. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

I - A intervenção ocorreria por meio da elaboração de uma cartilha de boas práticas, que conteria o desdobramento das propostas demonstradas no Item 5 (I, III, IV, V, VI);

II - Os Itens II e VII serão comunicados por e-mail, no momento da própria divulgação do trabalho ao IPHAN. Já que este produto poderá ser utilizado localmente ou nacionalmente, tanto pelo IPHAN-AL quanto pela Sede para todas as unidades subordinadas.

8. RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DA INTERVENÇÃO

VALMARX NEGROMONTE CORREIA

Mestrando em Administração Pública em Rede Nacional

Universidade Federal de Alagoas

caniscoles@hotmail.com

PROF. DR. ANDREW BEHEREGARAI FINGER

Universidade Federal de Alagoas

finger.andrew@gmail.com